

Dominação e suas consequências

- 7 JUL 1985

Barbosa Lima Sobrinho

NUN estudo em que expunha a *Nocividade do rigor excessivo na cobrança de créditos*, o autor, o advogado Bastian Pinto, numa série de estudos em homenagem ao Professor Edgardo de Castro Rebelo, depois de acentuar a resistência oposta, no pagamento da dívida externa brasileira, pelo então Ministro da Fazenda José Maria Whitaker, detinha-se no exame da atitude do Ministro Osvaldo Aranha, que o substituiu como titular daquela pasta. Ao verificar que não havia condições para cumprir os compromissos assumidos, não teve dúvidas em adotar a mesma orientação, de quem não sabe como vencer os limites do possível. Já existia, naquela ocasião, sentença da Corte Internacional de Haia, favorável às reivindicações dos portadores franceses de títulos das dívidas brasileiras. Nem se discutia o direito dos credores. Apenas estava em jogo, nas condições econômicas e financeiras do momento, o saber se se estava, ou não, diante de uma impossibilidade absoluta, pois que se não fabricam divisas. Osvaldo Aranha lutou, e venceu, para conseguir a redução, não somente do valor das dívidas, como também dos juros devidos, completados pela dilatação dos prazos de pagamento.

Em fevereiro de 1934, dois anos depois do acordo que José Maria Whitaker havia conseguido, Osvaldo Aranha obteve novo ajustamento de interesses. Não foi necessário impor, ou exigir. O próprio credor se torna razoável, quando sente a firmeza dos devedores. Tanto mais quando, nessas horas, a situação mais difícil não é a dos devedores, certos da impossibilidade de pagar. Limitam-se a dizer, como fizera José Maria Whitaker, que não podia pagar, se não podia contava com as divisas necessárias à satisfação dos compromissos. O perigo maior estava do lado dos credores. E se antes os bancos eram apenas representantes dos portadores de títulos, agora estão diretamente envolvidos no negócio, como responsáveis pelos empréstimos concluídos. Já se imaginou o que seria a situação desses bancos, em face de tantos créditos vencidos, e não resgatados? Não resultaria daí um *crack* de proporções imprevisíveis?

Nem se poderia falar em calote, que só existe, na realidade, quando o devedor tem condições de pagar, e não o faz. A impossibilidade assume proporções de força maior, que os juristas sabem que exclui a responsabilidade do devedor, e não se pode deixar de considerar o choque do petróleo, e suas consequências, como fator ponderável e, sobretudo, imprevisível, associado à necessidade, para os bancos, de emprego urgente dos petrodólares que enchiam as casas-fortes de suas matrizes. Tanto mais quando se tratava de empréstimos para pagar empréstimos anteriores, no desdobramento de um mesmo problema que só encontrava fórmula dilatórias e nunca uma solução definitiva, conveniente a todos os interessados. Que fizeram esses bancos credores, para resolver os problemas de tantos países devedores? Tão-somente fornecer neve, para o crescimento da bola dos empréstimos externos. Veja-se o caso brasileiro. Devia apenas 3 bilhões de dólares, nos tempos de João Goulart. O choque do petróleo o encontrou ainda com uma dívida de 12 bilhões e meio, em 1973. Como explicar os cem bilhões atuais, sem recorrer

àquele acontecimento imprevisível? Que fizeram os banqueiros, para aliviar ou resolver a situação de tantos países de economia frágil ou deficitária? Nada mais senão emprestar dinheiro a juros escorchantes e, ainda pior, oscilantes, para estabilidade e crescimento dos lucros dos banqueiros.

E não somente não fizeram nada que valesse de alívio, ou solução, como ficaram indiferentes, se não colaboraram, para o êxito de medidas que se traduziam na deterioração dos termos do comércio internacional. Como os países subdesenvolvidos poderiam saldar suas dívidas, se crescia sempre o preço dos produtos que importavam, e caía o das mercadorias que exportavam? O Ministro da Indústria do governo do sr. João Figueiredo reclamava, em altos brados, contra essa situação vexatória. Que fizeram os banqueiros? Sorriram, decerto, indiferentes e irônicos. Na verdade, o credor *nada fazia* para que os *devedores* tivessem as condições de pagar. Mais grave do que tudo é o que o notável economista francês, François Perroux, classifica como o predomínio dos mercados dominantes, impondo os preços que desejam, enquanto forçam a queda dos preços que interessam aos países devedores. Ajudados sempre com a notória eficiência dos monopólios e das multinacionais vigilantes.

Na sua análise lúcida, Perroux reconhece que “escolhendo o nível de seus investimentos, de seu emprego, de sua renda nacional, a economia dominante, pela proporção dada à importação, fixa o montante máximo das importações que o “resto do mundo” poderá pagar pelas exportações fornecidas às economias dominantes. Se o “resto do mundo” importa mais do que exporta, a diferença não pode ser coberta, visando um equilíbrio de *long run*, senão por meio de créditos a longo prazo, outorgados pela economia dominante”. (*L'Economie du XXI^{ème} Siècle*, pág. 61). A limitação das quantidades não chega a ter importância, em face da desproporção dos preços fixados pelos mercados dominantes. Daí os empréstimos que vão crescendo, e que acabam constituindo um tributo do subdesenvolvimento aos mercados dominantes.

Será que alguém se admira diante desse quadro? Chega a surgir com o rótulo da eternidade. Já nos tempos dos romanos, um historiador de alta competência, Leon Homo, registrava, no sistema resultante de tantas conquistas das legiões vitoriosas, que Roma se preocupava em pagar impostos reduzidos, uma vez que o “equilíbrio orçamentário repousava, na sua quase totalidade, sobre a exploração metódica dos povos vencidos.” (*Les Institutions Publiques Romaines*, 177). Sem precisar aludir às pilhagens com que se compunham os triunfos, que desfilavam pelas ruas da Cidade Eterna, sob os aplausos de uma população deslumbrada.

Será que tudo isso constitui surpresa? Estados dominantes e Estados dominados explicam a presença de tributos, que concorrem para a riqueza de uns, e a exploração de outros, que ainda se enfeitam com diplomas e títulos de independência. E ainda suficientemente ingênuos para acreditarem nessa independência, num mundo em que parece que a única opção é a da mudança de donos. Como se a independência não passasse de um sonho e, quando muito, de uma simples tabuleta, para a frente dos edifícios, ou para a letra de hinos nacionais, cantados, apesar de tudo, com entusiasmo e fervor, olhando mais para o céu do que para a terra, em que se desenrolam os dramas da dependência.